

Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 83, de 2018

Autoria: Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES)**Iniciativa:****Ementa:**

Susta os efeitos da RN nº 433, de 27 de junho de 2018, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que dispõe sobre os Mecanismos Financeiros de Regulação, como fatores moderadores de utilização dos serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica no setor de saúde suplementar; altera a RN nº 389, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil e dá outras providências; revoga o § 2º do art. 1º, os incisos VII e VIII do art. 2º, o art. 3º, a alínea “a” do inciso I e os incisos VI e VII do art. 4º, todos da Resolução do Conselho de saúde Suplementar CONSU nº 8, de 3 de novembro de 1998, que dispõe sobre mecanismos de regulação nos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde; e revoga o inciso II e respectivas alíneas do art. 22, da RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, fixa as diretrizes de atenção à saúde e dá outras providências.

Assunto: -**Data de Leitura:** 03/07/2018**Em tramitação****Decisão:** -**Último local:** 03/07/2018 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**Destino:** -**Último estado:** 03/07/2018 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR**Despacho:****Nº 1 (Despacho inicial)**

(SF) CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TRAMITAÇÃO**03/07/2018** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR**Ação:** Matéria aguardando distribuição.**03/07/2018** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** MATÉRIA LIDA EM PLENÁRIO.**Ação:** Encaminhado à publicação.
À CCJ.
(Este processo contém três folhas numeradas)

Publicado no DSF Páginas 439-444 - BAP nº 99

Recebido em: 03/07/2018 às 19:35 por CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 83, de 2018

DOCUMENTOS

Data	Tipo	Comissão	Ação legislativa	Observação
03/07/2018	PDS 83/2018	Plenário do Senado Federal		Susta os efeitos da RN nº 433, de 27 de junho de 2018, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que dispõe sobre os Mecanismos Financeiros de Regulação, como fatores moderadores de utilização dos serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica no setor de saúde suplementar; altera a RN nº 389, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil e dá outras providências; revoga o § 2º do art. 1º, os incisos VII e VIII do art. 2º, o art. 3º, a alínea “a” do inciso I e os incisos VI e VII do art. 4º, todos da Resolução do Conselho de saúde Suplementar CONSU nº 8, de 3 de novembro de 1998, que dispõe sobre mecanismos de regulação nos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde; e revoga o inciso II e respectivas alíneas do art. 22, da RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, fixa as diretrizes de atenção à saúde e dá outras providências.
03/07/2018	Avulso inicial da matéria	Plenário do Senado Federal	Encaminhado à publicação. À CCJ. (Este processo contém três folhas numeradas)	